

A importância da etnografia nas pesquisas interdisciplinares: uma abordagem para o estudo do Programa Bolsa Família em Florianópolis, SC

The relevance of ethnography in interdisciplinary research: an approach to the study of the Bolsa Família in Florianópolis, SC

Mara Coelho de Souza Lago¹
João Matheus Acosta Dallmann²

Resumo

Este artigo foi elaborado a partir de pesquisa realizada no projeto: “Táticas Locais e Estratégias Internacionais: a política social do Programa Bolsa Família e as relações de classe, gênero, raça/etnia em Santa Catarina (o caso de Florianópolis)”³, que integra a investigação proposta por François-Xavier Mérien, da Universidade de Lausanne, “Táticas Locais e Estratégias Internacionais: a política social do Programa Bolsa Família e as relações de gênero, raça/etnia no estado de Santa Catarina, Brasília, Moçambique, Filipinas, Cuba e França”. A pesquisa em Florianópolis, realizada por equipe multidisciplinar, utilizou o método etnográfico e centrou sua análise sobre os sujeitos que recebem Bolsa Família, as formas como significam esses recursos e sua inclusão no Programa. Foram entrevistadas/os mulheres e homens beneficiários do PBF em quatro bairros do município. Procurando discernir acerca da conveniência da utilização do método etnográfico por diferentes matrizes disciplinares das Ciências Humanas, o texto reflete sobre a questão da interdisciplinaridade no trabalho de pesquisa, bem como sobre a importância da etnografia na análise de políticas públicas.

Palavras-chave: Etnografia. Políticas Sociais. Bolsa Família. Interdisciplinaridade.

Abstract

This article was created from a research made in the project: “Táticas Locais e Estratégias Internacionais: a política social do Programa Bolsa Família e as relações de classe, gênero, raça/etnia em Santa Catarina (o caso de Florianópolis)”, it's a part

¹ Doutora em Psicologia da Educação. Professora Titular Aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina, onde atua em regime de trabalho voluntário. Autora de *Modos de Vida e Identidade: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina* (EdUFSC,1996).Participou da organização de várias coletâneas e publicou artigos em diferentes periódicos acadêmicos. Atua no Programa de Pós-Graduação em Psicologia e no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Participa da coordenação editorial da Revista Estudos Feministas e da coordenação do Instituto de Estudos de Gênero-UFSC. E-mail: maralago7@gmail.com.

² Graduando do Curso de Ciências Sociais. Foi auxiliar de pesquisa I – do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) através de Chamada Pública Simplificada PNPd nº090/2010, de novembro de 2010 a fevereiro de 2012. Bolsista de Iniciação à docência (PIBID/CAPES). Atua na organização de eventos “Espaço Agora: contemporaneidade, política e sociologia” no curso de Ciências Sociais. E-mail: acostadallmann@gmail.com.

³ Através de Chamada Pública Simplificada PNPd nº090/2010, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.



of the investigation proposed by François-Xavier Mérrien, from the University of Lausanne, “Táticas Locais e Estratégias Internacionais: a política social do Programa Bolsa Família e as relações de gênero, raça/etnia no estado de Santa Catarina, Brasília, Moçambique, Filipinas, Cuba e França”, the research in Florianópolis was produce by a multidisciplinary team that used the ethnographic method and center the analysis around the people who receive resources from Bolsa Família program, the ways that they mean these resources and their inclusion on the program. Men and women that get the resources from the program in four neighborhood localized in Florianópolis were interview. Trying to talk about the convenience of the utilization of the ethnographic method for different parts of the human sciences, the text reflect about the question of the interdisciplinary on the research work and the importance of the ethnographic analysis in public politics.

Key words: Ethnography. Social Policies. Bolsa Família. Interdisciplinarity.

1 Introdução

A pesquisa sobre o PBF em Florianópolis contou com a participação de três docentes dos Departamentos de Sociologia e Ciência Política, de Serviço Social e de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, as doutoras em Sociologia Política e a doutora em Psicologia da Educação. Participaram também uma mestre/doutoranda em Antropologia, e oito graduandas/os dos cursos de Ciências Sociais, Serviço Social e Psicologia.⁴

Envolvendo docentes e alunas/os de uma instituição universitária, essa proposta de investigação, que buscava analisar o PBF a partir das significações que lhes atribuem os sujeitos que recebem e utilizam seus recursos, colocou também como um de seus objetivos, consequentemente, o treinamento de graduandas e graduandos nas atividades da pesquisa empírica, incluindo as reflexões e estudos sobre seus fundamentos teóricos e metodológicos.

A diversidade de formações dos/as pesquisadores/as introduz e pressupõe a questão da interdisciplinaridade, no trabalho de buscar linguagens comuns, sem perder a oportunidade de articular os diferentes olhares que profissionais e

⁴ A equipe estava assim constituída: três docentes dos Departamentos de Sociologia e Ciência Política, de Serviço Social e de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, as doutoras em Sociologia Política, Elizabeth Farias da Silva e Rosana de Carvalho Martinelli Freitas e a doutora em Psicologia da Educação, Mara Coelho de Souza Lago. Participaram também a mestre/doutoranda em Antropologia, Fernanda Cardozo, e oito graduandas/os dos cursos de Ciências Sociais, Kelem Ghellere Rosso e João Matheus Acosta Dallmann; Serviço Social, Ana Paula Martins, Francieli de Oliveira e Selma Ramalho de Paula; e Psicologia, Ângela Pereira Figueiredo, Livia Espindola Monte e Yuri Eller Verzola.

aprendizes oriundos de campos de formação diversificados lançam sobre o objeto de pesquisa; olhares disciplinados, segundo Cardoso de Oliveira (2000), pelas teorias que fundamentam seus saberes e práticas.

Para realizar a pesquisa em Florianópolis a equipe selecionou duas localidades na porção insular do município e dois bairros em sua parte continental. Assim, o trabalho de campo junto às/os titulares do PBF foi realizado na localidade de Tapera, sul da Ilha; na Vila do Arvoredo, praia dos Ingleses, norte da Ilha; no Monte Cristo e na Ponta do Coral, bairros situados no Continente. Essas escolhas estiveram relacionadas ao volume de famílias atendidas pelo BF nas três primeiras localidades. No caso da Ponta do Coral, a escolha decorreu da situação peculiar do bairro, com moradores habitando em palafitas, espremidos entre o mar e os muros de uma instituição estadual, num espaço valorizado pela construção de uma avenida à beira-mar, e cobiçado pelos empreendimentos urbanos (destinados à população de maior poder aquisitivo) que se voltam atualmente, com muita força, também para a parte continental da cidade.

A capital do estado de Santa Catarina, região sul do Brasil, sede da Região Metropolitana de Florianópolis, é uma cidade com 421.203 habitantes (IBGE, 2010), que ocupa a Ilha de Santa Catarina e parte do continente fronteiro, onde emenda com outros municípios, formando o que geógrafos e urbanistas definem como uma *área de conurbação* (LAGO, 1996). A cidade tem sido alvo de um grande fluxo de moradores em função da paisagem marítima e da divulgação pela mídia de seus índices comparativos de qualidade de vida, índices que não mostram os expressivos níveis de desigualdades sociais que se abrigam nos espaços da cidade e que crescem com a migração das populações egressas do trabalho rural e do desemprego no interior do estado e de outros estados da região sul do país.

Santa Catarina teve um processo de colonização diferenciado em relação a outros estados brasileiros, tendo prevalecido aqui a produção agrícola em regime da pequena propriedade rural, trabalhada em geral por mão de obra familiar, estabelecida por populações de colonos provenientes de diferentes regiões da Europa (portugueses, alemães e italianos, inicialmente). A exceção está na região do planalto catarinense, onde se estabeleceram pastagens para a criação de gado vacum. Uma atividade econômica expressiva em algumas regiões do estado em épocas anteriores foi a extração da araucária. O esgotamento dos recursos naturais e do acesso à terra, ligados à complexidade dos fenômenos que têm levado à

aceleração do processo de urbanização, contribuem para a expressividade dos fluxos de migrantes em direção aos centros urbanos, em busca de trabalho e melhores condições de vida. É o que podemos observar nos bairros periféricos de Florianópolis e entre as pessoas entrevistadas, oriundas na maioria do interior de Santa Catarina e de outros estados do país.

Os trabalhos de observação dos espaços e contatos com os sujeitos da pesquisa nos quatro bairros do município iniciaram em janeiro de 2011 e se estenderam até outubro do mesmo ano, com a elaboração de muitos diários de campo e a realização de 27 entrevistas com mulheres titulares do BF e três com homens, sendo um deles titular do benefício⁵. As pessoas entrevistadas tinham idades entre 21 e 77 anos, estando a maioria na faixa dos 35 a 50 anos. Foi entrevistada também uma adolescente de 15 anos, beneficiária de BF na localidade de Tapera, tendo a mãe como titular das bolsas atribuídas a ela e suas irmãs.

A atribuição da titularidade do Programa às mulheres mães, bem como sua responsabilização pelo cumprimento das condicionalidades que este impõe, tem gerado muitas reflexões sobre questões de gênero e as concepções de empoderamento das mulheres, preconizadas pelas agências internacionais financiadoras de Programas de Complementação de Renda nos países pobres e naqueles com acentuados níveis de desigualdades sociais.⁶

Descrever táticas e estratégias de beneficiárias do Programa Bolsa Família constituiu-se em questão central deste trabalho. Entendemos, de acordo com Weber (1980), tática e estratégia como sinônimos de planejamento e ação com fins, mesmo que determinado fim reflita a vontade imediata. Para perceber tais ações, se faz necessário conhecer, como diria Malinowski (1978), os “imponderáveis da vida real”, ou seja, é preciso ir além de questionários quantitativos.

É de grande interesse dos governos nacionais e agências financiadoras que sejam desenvolvidas investigações sobre os impactos sociais dos Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCRs). A maioria dessas análises é feita através de metodologias quantitativas. O objetivo principal desses estudos é saber qual o desempenho dos PTCRs no âmbito jurídico-institucional, ou seja, no que diz respeito à operacionalidade das políticas públicas.

⁵ Foram entrevistadas também as coordenadoras do BF no estado e no município, além de duas agentes de saúde e três assistentes sociais com funções técnicas na operacionalização do Programa. Essas entrevistas se aproximaram do modelo de grupo focal e não serão tratadas neste texto.

⁶ Sobre o tema, conferir Rosana Martinelli de Freitas (2010).

A pesquisa realizada em Florianópolis, ao contrário, teve como pressuposto um trabalho pautado na análise de material qualitativo e, por isso, a equipe optou por realizar uma pesquisa etnográfica. Em artigo publicado na revista *Educação e Sociedade* (1999), a antropóloga Claudia Fonseca reflete sobre a utilização do fazer etnográfico por pesquisadores oriundos de outras disciplinas das ciências humanas, centrando suas preocupações na utilização do método descolada dos fundamentos conceituais que sustentaram sua elaboração na antropologia. De acordo com a autora, os pressupostos teóricos que fundamentam o fazer etnográfico não podem ser ignorados pelos pesquisadores que utilizam a etnografia. Ao contrário, o uso do método deveria resultar invariavelmente de um diálogo entre a disciplina de formação do pesquisador e a antropologia, campo no qual se constituiu como lugar privilegiado de realização do trabalho empírico de pesquisa. Longe de inviabilizar um interessante e necessário diálogo interdisciplinar, a autora apenas adverte para a necessidade de compreender as bases epistemológicas da ciência com a qual se está dialogando, aquela em que se construiu o método.

O método etnográfico, que realiza entrevistas livres, procurando obter histórias de vida das/os informantes, ou ricos depoimentos sobre as questões que investiga, não busca uma quantidade significativa de sujeitos para estudar, com a preocupação maior na generalização dos resultados de pesquisa. A generalização de seus resultados, bem como a realização da investigação que os precedeu, está estreitamente ligada à possibilidade de comparação com inúmeros outros estudos, realizados em outros contextos, com outros sujeitos.

2 Políticas sociais e o Bolsa Família no Brasil

Diferentemente da Europa Central, a América Latina edifica suas políticas sociais pautadas em uma trajetória própria. A Europa, após a Segunda Guerra Mundial, respondeu ao problema da pobreza, segundo Esping-Andersen (1990), de acordo com suas configurações sócio-políticas e históricas. Alguns países do Norte, escandinavos, e outros mais centrais como França e Inglaterra, apostaram no que hoje conhecemos por *welfare state*.

O destaque das políticas públicas de caráter social, como forma de combate a pobreza, é um fenômeno contemporâneo em nosso continente. O surgimento dessa ação de Estado estrutura seu papel de forma fragmentada e responde a setores

específicos. A industrialização nos anos 20 do século passado em países como Chile, Uruguai, Argentina, Cuba e Brasil cria uma grande população urbana e junto a isso uma demanda de políticas sociais. Já nos anos 40, a reverberação do relatório de Beveridge influencia Panamá, Costa Rica, Colômbia, México e Venezuela, criando um processo híbrido de políticas sociais. Pressupostos universais (influenciados pelo modelo europeu) e singularidades especificamente latino-americanas compõem o quadro nesses países. De acordo com Mesa-Lago (2004, que desenvolve essa análise, ainda nos anos 50 e 60 alguns países apresentam iniciativas de combate à pobreza mais tardiamente e com especificidades políticas. República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Nicarágua, Haiti e Honduras têm suas participações de forma muito dispersa e de alguma maneira excludente (SPOSATI *apud* MESA-LAGO, 2004).

Alicia Gonçalves (2008) afirma que outrora a atenção do Estado brasileiro esteve voltada para a criação de novos postos de trabalho e para o crescimento econômico do país em pleno período de industrialização. Em resposta ao período gestacional da indústria e do sindicalismo, o país cria o que podemos chamar de *welfare state* à brasileira. Nesse sentido, a “carteira assinada” daria acesso aos direitos trabalhistas. Consideremos, portanto, que a falência do Estado de bem-estar social, a reestruturação produtiva, a transformação tecnológica, a crise da sociedade do trabalho (ANTUNES, 1995), o fenômeno da globalização da economia e o acirramento de políticas de cunho neoliberal são marcos do processo inter-relacional e geral do advento das políticas sociais na América Latina e no Brasil.

De acordo com Manuel Castells (1999), são transformações em curso na economia internacional que derivam de fatores intimamente relacionados entre si e estão conectados ao capital transnacional, seja no mundo empresarial, nas relações de trabalho, seja no papel do Estado e nas cidades (âmbito urbano e rural), e que repercutem nas identidades e suas representações de gênero.

Esse cenário traz à tona o florescimento de movimentos sociais contrários à lógica de acumulação capitalista e os anos 1980 são a expressão mais fecunda da ação política de tais movimentos, que culminaram com a Constituição de 1988, resultante da confluência de um caminho de lutas por políticas de proteção social pós-ditadura civil-militar. Foi quando surgiram as primeiras políticas de transferência de renda. Ainda que tenha sido criado somente em 2003, podemos dizer que o Programa Bolsa Família (PBF) faz parte desse processo. Embora apresente

aspectos singulares, o caminho percorrido pelo PBF tem elementos em comum com outros países da América Latina, tais como Chile e Argentina.

Os programas sociais que inicialmente foram unificados e que constituíram o núcleo original do PBF foram: Bolsa escola, Bolsa Alimentação, Vale gás e Cartão alimentação. A situação dos programas de transferência de renda condicionada em 2003 era bastante complexa e o êxito desses programas estava em xeque. Cada programa federal tinha sua agência executora e a ligação entre elas era quase inexistente. Conforme Soares e Sátyro,

Os sistemas de informação desses programas eram separados e não se comunicavam, de modo que uma família poderia receber todos os quatro, enquanto outra, vivendo em condições iguais, poderia não receber transferência alguma (SOARES e SÁTYRO, 2009, p. 10).

O valor recebido pelos beneficiários, bem como os critérios de adesão aos programas, eram destoantes entre si, de maneira que não havia um parâmetro nacional nivelador. Outro problema era que nenhum programa era implementado nacionalmente, portanto misturava-se a outros programas estaduais e municipais. Resultava que não existia com isso uma coordenação eficiente. Ainda de acordo com Soares e Sátyro:

O que existia não se assemelhava, mesmo remotamente, com um sistema de proteção social. Era um emaranhado de iniciativas isoladas, com objetivos diferentes, porém sobrepostos, e para públicos diferentes, mas também sobrepostos. (SOARES e SÁTYRO, 2009, p. 9).

Não eram de maneira alguma programas de caráter universal.

Esses programas não cobriam o Brasil por inteiro, porém todos reconheciam a pobreza como um risco social a ser combatido. Em outubro de 2003, o Governo Federal criou o programa Bolsa Família, com objetivo de unificar os quatro programas. O Bolsa Família também agregou o Vale-Gás, uma transferência sem contrapartida, gerida pelo Ministério das Minas e Energia, que possuía seus próprios critérios e valores de benefício. Para realizar a unificação, o Bolsa Família se beneficiou da existência do Cadastro Único, que estava num processo de aperfeiçoamento e expandindo-se desde sua criação, em 2001, com o objetivo de integrar as informações sobre os beneficiários dos programas federais. Com isso criou-se o Programa Bolsa Família em resposta a uma demanda organizacional.

A complexidade da unificação desses programas sociais, com nenhuma ou pouca articulação entre si, expressa-se no dilema que envolve os atores incumbidos da formulação e gestão das políticas públicas. Fonseca – tais como pobreza, qualidade de vida e desenvolvimento social – estreitamente relacionados aos sujeitos usuários dos programas sociais, torna-se o dilema de tais gestores, pois o desempenho dessas políticas deve considerar e articular a diversidade de projetos de vida e o caráter intersubjetivo das relações e tradição cultural dos diferentes grupos beneficiários. Como aponta Gonçalves (2008, p. 19), “há mediações socioculturais e relações de poder local que devem ser analisadas quando propomos projetos, programas que visam promover a mudança social.” Nesse sentido, a reflexão acerca das políticas públicas pelo ponto de vista e visão de mundo dos sujeitos beneficiários, que a construção de indicadores qualitativos possibilita, adquire fundamental importância.

A abordagem etnográfica exige um “observar” detalhado que vai além da entrevista. É necessário o mapeamento minucioso dos arranjos sociais, em âmbito municipal, estadual e federal. Os contextos socioculturais e relações de poder locais devem ser analisados quando são propostos projetos e programas que visem promover a mudança social, razão para a escolha da etnografia como método de pesquisa junto às usuárias e usuários de tais políticas públicas de complementação de renda.

3 Por que a etnografia?

Claudia Fonseca (1999) ressalta a importância de se considerar as pessoas que tomamos como sujeitos de nossos estudos, não como indivíduos separados de seus contextos e condições de vida, mas como sujeitos que se constituem na cultura, na linguagem, em situações históricas, das quais não podem ser abstraídos.

A escolha do método etnográfico está diretamente ligada ao lugar que este confere às subjetividades envolvidas no encontro entre informante e pesquisador. Nesse sentido, sua utilização em pesquisas das ciências humanas e sociais tem sido constante. Para assumir o ofício do etnógrafo é preciso reconhecer as subjetividades envolvidas, já que a possibilidade de realizar uma boa etnografia está diretamente ligada à capacidade de inter-relacionar as subjetividades do pesquisador e de seu informante. O reconhecimento de ambas as subjetividades é,

nesse sentido, um imperativo para a realização de uma pesquisa etnográfica. A antropologia aparece, então, como uma disciplina que reconhece e pressupõe a dimensão subjetiva do trabalho em suas próprias definições. Conforme coloca Da Matta (1978, p. 27), a antropologia é a “disciplina onde necessariamente se estabelece uma ponte entre dois universos de significações”, caracterizando-se como “uma ciência interpretativa, destinada antes de tudo, a confrontar subjetividades” (ibidem, p.35)

Nesta perspectiva metodológica, é importante considerar que a quantidade de informantes em si mesma não é relevante, assim como a representatividade a priori do grupo ou sujeito investigado. O dado particular é o ponto de partida para interpretações mais abrangentes, à medida que o sujeito/grupo é situado em seu contexto histórico e social. Conforme ressalta Fonseca (1999), o método etnográfico não se confunde com o estudo do indivíduo. Trata-se de abordar os fenômenos como fatos sociais e compreender como, em cada grupo humano, determinados comportamentos e significados são construídos, delineando suas práticas. Neste caso, a observação participante ocupa o lugar de destaque, uma vez que não é possível descobrir a relação entre os diferentes elementos da vida social através apenas dos relatos verbais, insuficientes para permitir a contextualização das informações obtidas nas entrevistas realizadas em campo (LAGO e TONELLI *In: ZANELLA et al*, 2006, p. 21).

As diferenças de gênero, gerações, somadas às diversidades de origens étnicas, engendram estilos e formas de viver diversificadas. As desigualdades estruturais e decorrências em termos de riqueza, posses, oportunidades, trabalho, que constroem cenários de profundas diferenciações de classe, produzem também práticas e modos de vida diferentes, senão divergentes. Os estudos de populações atravessadas por todas essas diferenças (interseccionalidades) exigem o exercício da *relativização* (tornar o exótico familiar e estranhar o familiar) que, segundo Roberto Da Matta (1978), caracteriza a prática da etnografia.

A presente discussão aponta questões que em regra passam despercebidas pelo foco de cientistas sociais, que comumente lançam mão de uma análise economicista. Quando Roy Wagner (2010) escreve: “Somos todos antropólogos”, a frase soa como se todos fossem especialistas na disciplina. A afirmação de Wagner indica que todos têm algo a dizer. Nesse contexto, nos diz Roberto Cardoso de Oliveira (2000, p. 18), o trabalho do antropólogo, e todo aquele que enverede pela investigação qualitativa etnológica, é “olhar, ouvir, escrever”. Quando o investigador vai a campo, o faz com um instrumental teórico que permite uma visão contextualizada da localidade observada. Ao escrever seu diário de campo, reflete

sobre inúmeros aspectos observados. A forma como chega ao lugar, nem sempre convencional, como encontra seus informantes, como elabora uma série de informações que posteriormente constituirão um relato maior, mais abrangente, são elementos que vão levar ao que podemos chamar de “produto”, um material refinado, rico, diverso. Se tomarmos a realidade enquanto situação prática vivida pelas pessoas de determinado espaço, admitiremos que sim, todos podem elaborar discursos sobre si.

Entra em cena, portanto, a observação participante. Para Roberto Cardoso de Oliveira, há um engano ao tratar a observação participante de maneira secundária, de modo que seja uma mera criadora de hipóteses. Podemos dizer que esse instrumento de pesquisa é algo que gera verdadeira interação. Em nossa pesquisa de campo, percebemos que quando voltávamos para devolver as transcrições das entrevistas gravadas, muitas pessoas revelavam coisas antes não ditas nos relatos iniciais. Em alguns casos, o simples ato de passar um dia com a família nos tornava mais um entre eles, pois se trata de pessoas como nós, estudantes, trabalhadores, donas de casa, e que se relacionam com muitas situações que constituem experiências em comum. Não se negam aqui as diferenças nas posições dos sujeitos entrevistadores e entrevistados envolvidos nas relações de pesquisa, mas é nessa interação que as singularidades são visualizadas e despertaram a intenção desse trabalho.

O cientista que lance mão dessa metodologia deve reconhecer a relação intersubjetiva, deve estar atento aos ruídos dessa aproximação. No entanto, a entrevista “é um ouvir todo especial” (Oliveira, 2000, p.22), nela haverá certamente um choque de mundos distintos, porém, ela constitui parte do trabalho etnográfico, não o seu todo. Cardoso de Oliveira (2000, p.24) afirma que o saber ouvir faz com que o pesquisador e o sujeito pesquisado entrem em um diálogo de mão dupla, estabeleçam uma relação dialógica.

É na última etapa de seu trabalho, o momento da escrita, ou seja, do texto etnográfico, que o pesquisador faz a articulação do que ouviu e observou em sua pesquisa de campo. Suas anotações, diários e lembranças têm fundamental importância na construção de seu relato. Pode nesse momento o leitor questionar a influência das subjetividades de quem indaga e de quem está ali para responder, e a relação de *poder* que permeia as interações humanas.

Autores como Michel Foucault jamais deixaram de denunciar tal influência, pois

trata-se de apreender o poder em suas extremidades, [...] tomar o poder em suas formas e instituições mais regionais, mais locais, sobretudo no ponto em que esse poder, indo além das regras de direito que o organizam e delimitam, se prolonga, em consequência, [...] consolida-se nas técnicas e fornece instrumentos de intervenção materiais (FOUCAULT, 2002, p.32).

Podemos entender que o poder funciona sobre os indivíduos, ele transita sobre as ações, e as constitui algumas vezes pelo viés da violência, como no caso de uma beneficiária que observa da porta de casa as invasões policiais:

Todo mundo é vagabundo para eles, sem vergonha. Aquela ali, olha (aponta alguém), ela e os filhos, os policiais entraram e destruíram toda a casa, quebraram tudo. Entraram às quatro horas da manhã e tacaram fogo (Dona Menina, 57 anos).

Ao relermos nossos diários de campo, ressaltamos, diários interdisciplinares de pesquisa, podemos olhar mais atentamente como se davam as etapas de entrada nas localidades investigadas, como fomos recebidos/as, de que maneira abordávamos as pessoas, quais eram e como escolhemos os/as informantes. Essa visão minuciosa das relações e seus contextos são fatores relevantes para a escrita social e devemos a autores como Geertz (1989) a razão de nos debruçarmos sobre este ofício, o da escrita etnográfica. “A etnografia tornou-se um meio de falar sobre teoria, filosofia e epistemologia simultaneamente no cumprimento de sua tarefa tradicional de interpretar diferentes modos de vida” (OLIVEIRA, 2000, p.31).

Quando procuramos vasculhar as categorias abordadas na pesquisa geral, a saber, relações de gênero e raça/etnia, queremos fazer emergir a heterogeneidade da população estudada. A proposta de “táticas locais” busca depoimentos, significados, formas de agir dos próprios sujeitos.

Somente uma descrição apurada pode dar conta de textualizar essas identidades que emergem no campo. Por mais que o texto antropológico seja também uma forma de ficção, vencidas tais barreiras, ele servirá como fomentador de políticas públicas mais humanizadas. Obviamente não estamos sozinhos, “todas as ciências humanas são promíscuas, inconstantes e mal definidas (...)” (GEERTZ, 2001, p. 101). Preocupado em pensar amplamente as relações sociais, ele não pode negar de maneira alguma a contribuição das diferentes disciplinas. Poderíamos listar

um número sem fim de outras disciplinas com as quais um texto etnográfico faz ligações, mas preferimos exemplificar com a pesquisa que realizamos. Nela estamos distribuídos em estudantes de psicologia, ciências sociais, serviço social, doutores em sociologia e psicologia, doutoranda em antropologia social. Somente assim poderemos entender a dimensão da formação de tais “identidades”, isto é, precisamos da radiografia econômica, da análise de singularidades, do debate sobre práticas sociais, envolvendo gênero, diferenças de raça/etnia, gerações, classes sociais, enfim da riqueza de cada disciplina. Contudo, estamos debruçados sobre o campo de pesquisa portando como instrumento metodológico o fazer etnográfico.

Inicialmente tivemos dificuldades no trabalho de campo, no sentido de tornarmos interdisciplinar a comunicação interativa na pesquisa a partir das visões (multi)disciplinares dos/as pesquisadores/as. Assim, as práticas de extensão e interferência, próprias das profissões de serviço social e psicologia, encontravam-se com as posições teóricas mais distanciadas, próprias da formação em sociologia. A valoração acadêmica dessa atitude reflexiva, em relação aos cursos que preparam para a interferência no social, acaba por gerar entraves no exercício da interdisciplinaridade. A esses, podemos acrescentar o curto prazo para a realização da pesquisa, diminuindo o tempo de preparação dos/as pesquisadores para a prática do trabalho etnográfico, com a qual não tinham experiência.

No entanto, à medida que os trabalhos em campo se desenvolviam, fomos apreendendo uns com os/as outros/as a percepção de aspectos diversificados sobre os contextos e sujeitos da pesquisa. As assistentes sociais contribuíram com um conhecimento mais aprofundado dos contextos estudados e dos meandros da implementação e da operacionalidade do PBF em Florianópolis, servindo de agentes facilitadores do acesso e sistematização de informações sobre o Programa. As/os psicólogas/os voltaram a atenção da equipe para as queixas das mulheres entrevistadas em relação ao que essas chamavam de depressão, apontando para a medicalização do sofrimento psíquico também entre os sujeitos das localidades estudadas. O/a sociólogo/a contribuíram para a discussão dos contextos comunitários e familiares, a circulação das crianças, as relações formais e informais de trabalho, as ligações dos sujeitos com as instâncias políticas, administrativas, o comércio, a mídia.

Foram trocas e parcerias que levaram ao compartilhamento do trabalho, à participação em eventos e atividades comunitárias, aos registros em diários de campo, à realização das entrevistas, suas transcrições e devoluções, mostrando que a interdisciplinaridade na pesquisa é uma construção e um trabalho coletivo.

A abordagem etnográfica é um “observar” detalhado que vai além da entrevista. Jogamo-nos para a informalidade da vida cotidiana dos sujeitos, atravessamos uma barreira sociocultural em favor da alteridade. Com isso, nossa abordagem exige atenção a outros tipos de expressão: o pátio, a calçada varrida, a pintura e o retrato na parede, a maneira de “ralhar” com as crianças e cães, o sofá que divide a sala. A parte que nos toca do sentimento do outro é a parcela do discurso que o outro reservou para nós. Para Mauss (1979, p.24), não há “falso” ou “verdadeiro” no discurso do pesquisado. Claudia Fonseca escreve que: “a alegria, a dor, o desgosto, o ódio são fenômenos que carregam o peso tanto do social quanto do fisiológico e psicológico” (FONSECA, 1999, p.63). Tendo em vista isto, partimos para uma descrição da rotina comum, simples, do sujeito que é tomado como singular. São relatos de um de nossos diários de campo:

Ao entrar na casa de Dalva, percebo algo que já havia visto em outras casas do bairro. O sofá, depois da TV, é o móvel central da casa. Ali somos recebidos, sentamo-nos com cuidado na colcha colorida que o envolve. Este móvel divide cozinha e sala, serve de apoio, dá conforto. Além dele, há também a estante, onde ficam o DVD, a TV e as fotos dos filhos e parentes do interior. Parece que a sala é um esboço do que pretende ser a família (25/02/2011).

É no intuito de desvendar as relações sociais associadas a essas formas de representação que o pesquisador textualiza, vivencia, tem um *tête-à-tête* com o “nativo”. Procura no palheiro essa “dimensão da realidade social multifacetada” (FONSECA, 1999, p.64).

Qual o objetivo do trabalho etnográfico? Acreditamos que desde as primeiras linhas do texto fica-nos muito claro: “Ressaltar alteridades para assim facilitar o processo de comunicação” (FONSECA, 1999, p.65). Ao estudarmos uma política pública de transferência condicionada de renda, encontramos dificuldades que temos de levar em conta. A estrutura que pressiona esses sujeitos, isto é, a sociedade complexa, seu sistema capitalista, a diferenciação social, a religião, a ofensiva midiática, as condicionalidades, tudo passa pelo crivo de análise.

Claudia Fonseca assevera:

A abertura da antropologia para a possibilidade (e não o fato) de “outras lógicas”, de outras dinâmicas culturais, serve como arma contra a massificação e, em alguns casos (onde o método acerta o alvo), pode transformar um diálogo de surdos em comunicação (FONSECA, 1999, p.65).

4 Considerações finais

A questão que levantamos é, portanto, interdisciplinar, política e socialmente relevante. As tensões e dilemas apresentados foram problematizados empiricamente. A grande questão para o gestor de políticas sociais é de natureza epistemológica (GONÇALVES, 2008), pois este deve conhecer mais do que os indicadores de renda e pobreza. Qual a significação dada pelas beneficiárias do programa Bolsa Família ao receberem seu cartão? É necessário o mapeamento minucioso dos arranjos sociais, em âmbito municipal, estadual e federal.

Face ao tempo dedicado ao campo, pudemos verificar inúmeras táticas familiares de gestão do benefício do PBF. A instável condição das classes populares é permeada por maneiras de vencer os desafios impostos pelas condições sociais. Quantidade expressiva de mulheres usa o programa para comprar roupas, calçados, materiais escolares, produtos de primeira necessidade. No período investigado por nossa pesquisa o valor do benefício variava de R\$ 22,00 a R\$ 66,00 por família. As mulheres tinham direito a receber R\$ 22,00 por filho, no total de até três filhos. Logo após o final de nosso campo, o valor teve um reajuste de R\$ 10,00 e passou a beneficiar até cinco filhos. Esse reajuste não modifica de maneira significativa as formas familiares de gestão da bolsa, dado que todas as mulheres entrevistadas utilizam o dinheiro para gastos com filhos, casa e alimentação.

Algumas táticas podem ser definidas pelas próprias entrevistadas:

[...] pra mim ajudou muito né, porque esse mês mesmo eu comprei o material da escola pra eles, porque eu tava assim, não sabia da onde eu ia tirar, daí deu bem certinho pra comprar caderno, lápis, borracha, tudo. Eu preciso usar pra eles, eu uso pra comida né, roupa, calçado, tudo pra eles. Agora esse mês eu vou comprar um tênis pra um deles, daí vou receber e comprar o tênis, um mês compra pra um, no outro compra pro outro. Ajuda bastante. Eu só ganho um salário, né, e o meu é pouco, porque é meio período, né, dá uns 700 reais (Dalva, 42 anos).

Eu compro um leite, uma fruta. Eles pedem dinheiro para comer alguma coisa diferente, eu tenho que dar, porque é deles, não é meu! Né?! É um caderno, é um material, não dá nada. Não dá pra nada. Eu tenho que dar 20 reais para uma, 20 para outra (Dona Menina, 57 anos)

Ajuda né! Porque este dinheiro eu deixo para o material escolar. Apesar de que a gente compra tudo ali, mas sempre acaba faltando coisas, ou é uma roupa, um calçado, uma coisinha. É um dinheirinho que ajuda a gente, principalmente com a escola. Não é muita coisa, mas dá para ajudar (Maria Eduarda, 32 anos).

Pela perspectiva da interdisciplinaridade, não podemos deixar de considerar que o método etnográfico encontra sua vitalidade em tempos de complexas relações sociais, em que há uma espécie de esvaziamento do mundo social, onde as pessoas são tomadas como átomos distantes de qualquer outro semelhante e os objetos teóricos passam ao largo do “mundo da vida”, para lembrar Hanna Arendt. Na concepção de Louis Dumont (1985), nas sociedades contemporâneas (denominadas pelo autor de modernas), o individualismo, ideologia que tem o indivíduo como valor, contrapõe-se à valoração do todo, do coletivo, que impera nas sociedades tradicionais. O individualismo como ideologia dominante nas sociedades ditas igualitárias (que excluem, no entanto, o diferente, o “outro”), sobrepõe-se aos valores coletivos das sociedades tradicionais, hierárquicas, numa relação que o autor define como a articulação entre *englobante* e *englobado*. Na relação *englobante-englobado*, nas sociedades que se urbanizaram, subsistem os valores tradicionais como secundarizados, subsumidos na imposição de valoração dos interesses dos indivíduos, que se atualizam com mais força em relação às novas gerações, constituindo-se como componente destacado dos conflitos geracionais nas nossas sociedades diferenciadas e consumistas, mesmo entre as classes trabalhadoras.

Assim, duas pesquisadoras puderam perceber, no bairro Monte Cristo, meninos vestidos com bermudas e tênis de marca, enquanto uma das mães informava que eles só queriam determinados produtos. Na Vila do Arvoredo, em uma residência em estado precário de sustentação, pelo avanço das dunas sobre as moradias, havia uma grande televisão de LCD, comprada pelo dono da casa, que trabalhava em um supermercado como repositor. A filha observou: “Imagina, a casa vai cair em cima da televisão”. O filho adolescente, que conseguira emprego como caixa de supermercado, deixando de receber o Bolsa Jovem (BJV), adquiriu à prestação, com seu primeiro salário, um celular no valor de um mês de seu salário.

Por meio das entrevistas com mulheres beneficiadas, como foi mencionado anteriormente, observamos e ouvimos cerca de trinta pessoas, uma amostra reduzida se comparada aos sujeitos participantes de outros instrumentos de pesquisa. Contudo, essas entrevistas nos ofereceram muitos elementos para refletir sobre as formas como o PBF se articula aos recursos e estratégias de sobrevivência dos sujeitos pesquisados.

O lugar da etnografia nesse tema é o de ressaltar as singularidades dentro dos programas sociais. Os papéis atribuídos aos sujeitos ou auto-afirmados por eles são pequenas peças do mosaico que os constituem. A atribuição a essas mulheres da titularidade do BF e da responsabilidade pela família e pelo cumprimento das condicionalidades não é via de mão única. Elas falam, traçam, tecem seus próprios papéis e práticas. É importante que sejam ouvidas na definição/implementação de políticas públicas. O olhar etnográfico está imbuído de dois pressupostos epistemológicos: resignificação e totalidade. Dessa maneira, o diálogo entre dados quantitativos, materiais etnográficos, significados atribuídos ao PBF pelas mulheres e contexto local são o produto refinado que estabelecerá os limites e potencialidades das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação:** economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DALMANN, João Matheus. Táticas locais e estratégias internacionais: um olhar etnográfico sobre o Bolsa Família no Brasil. In: X CONGRESSO ARGENTINO DE ANTROPOLOGÍA SOCIAL. **Anais...** Universidad de Buenos Aires, Argentina, 2011. Disponível em: <<http://www.xcaas.org.ar/ponenciasDocGetfile>>. Acesso em 23/11/2012.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In: NUNES, E.O. (org). **A aventura Sociológica**. Rio: Zahar, 1978, p. 23-35.

DUMONT, Louis. **O individualismo:** uma perspectiva antropológica da sociedade moderna. Rio de Janeiro: Rocca, 1985.

ESPING-ANDERSEN, G. **The Three Worlds of Welfare Capitalism**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

FREITAS, Rosana C. M. Programas de combate à pobreza: o poder das mulheres às avessas. In: TORNQUIST, Carmen Susana; COELHO, Clair Castilhos; LAGO, Mara Coelho de Souza; LISBOA, Teresa Kleba (orgs.). **Leituras de resistência:** corpo, violência e poder. Florianópolis: Mulheres, v. II, 2008, p. 269-298.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso. Pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, ANPED, Rio de Janeiro, n.10, p. 58-78, jan./fev./mar./abr., 1999.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France (1975-76). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEERTZ, Cliford; RIBEIRO, Vera. **Nova luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GONÇALVES, Alícia Ferreira. Políticas públicas, etnografia e a construção dos Indicadores socioculturais. **AVAL**, Revista Avaliação de Políticas Públicas, ano I, vol.1, n.1, jan.-jun., 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Brasília: s/e, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/calendario.shtm>>. Acesso em 18/05/2012.

LAGO, Mara Coelho de Souza. **Modos de vida e identidade**: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

LAGO, Mara C. de S.; SILVA, Elizabeth, Farias; FREITAS, Rosana Martinelli *et al.* **Táticas Locais e Estratégias Internacionais**: a política social do Programa Bolsa Família e as relações de classe, gênero, raça/etnia em Santa Catarina (o caso de Florianópolis). Relatório de Pesquisa, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória dos sentimentos. In: OLIVEIRA, R. C. De (org.). **Mauss**. São Paulo: Ática, 1979.

MESA-LAGO, C. Models of Development, Social Policy and Reform in Latin America. In: MKANDAWIRE, T. (org.). **Social Policy in a Development Context**. Basingstoke: Unrisd/Palgrave Macmillan, 2004, p. 175-202.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do Antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. **O Programa Bolsa Família**: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. Texto para discussão n° 1424. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, 2009.

SPOSATI, Aldaiza. Tendências latino-americanas da política social pública no século 21. **Rev. Katálysis**, vol.14, n.1, p. 104-115, 2011.

WAGNER, Roy; MORALES, A.; SOUZA, M. C. **A invenção da cultura**. Rio de Janeiro: Cosac Naify, 2010.

WEBER, Max. **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Abril Cultural, 1980.

ZANELLA, Andréa V. et All. Diversidade e diálogo: reflexões sobre alguns métodos de pesquisa em Psicologia. In: **Interações**, vol. XII • n.o 22, p. 11-38, jul/dez 2006.

Artigo:

Recebido em: 25/05/2012

Aceito em: 25/12/2012